



**JUIZ DE FORA**  
PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL  
DE JUIZ DE FORA  
Protocolo nº 3894  
Em 13 / 11 / 2025  
Mônica  
EXPEDIENTE

Ofício nº 4207/2025/SG

Juiz de Fora, 12 de novembro de 2025

Exmº. Sr.  
José Márcio Lopes Guedes  
Presidente da Câmara Municipal  
36016-000 - Juiz de Fora - MG

Referência: Ofício nº 2954/2025 - DE abd

**Assunto:** Resposta à Diligência - Transcrição de Parecer - Projeto de Lei nº 359/2025

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a essa Egrégia Casa Legislativa, as informações solicitadas na Diligência - Transcrição de Parecer - Projeto de Lei nº 359/2025, por meio de resposta(s) emitida(s) pela(s) secretaria(s) competente(s), anexa(s) a este ofício.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários, oportunidade em que renovamos os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

MARIA MARGARIDA  
MARTINS  
SALOMAO:1352103966  
8

Assinado de forma digital por  
MARIA MARGARIDA MARTINS  
SALOMAO:13521039668  
Dados: 2025.11.13 11:03:00  
-03'00'

**Margarida Salomão**  
Prefeita de Juiz de Fora

**Secretaria de Governo**

Av. Brasil, 2001 / 9º andar - Centro - CEP: 36060-010 - Juiz de Fora - MG Tel: (32) 3690- 7731 - Fax: (32) 3690 - 7719 - sg@pjf.mg.gov.br

## **Esclarecimentos ao Ofício N° 2954/2025-DE**

### **Assunto: Resposta à Diligência – Transcrição de Parecer – Projeto de Lei nº 359/2025**

Em resposta ao Ofício N° 2954/2025-DE, que solicita esclarecimentos complementares sobre o Projeto de Lei nº 359/2025, de autoria da Vereadora Letícia Delgado, acerca da inclusão do "Dia Municipal do Apadrinhamento Afetivo" no Calendário Oficial de Eventos do Município, a Secretaria de Assistência Social (SAS) de Juiz de Fora apresenta as seguintes informações:

#### **1) Sobre a existência e gestão do Programa de Apadrinhamento Afetivo no Município:**

O Município de Juiz de Fora, com interveniência da Secretaria de Assistência Social (SAS), conta com o Programa de Apadrinhamento Afetivo voltado para crianças e adolescentes vinculados ao Serviço de Acolhimento.

- **Responsabilidade e Execução:** A gestão do programa é realizada pela SAS, por meio do Termo de Colaboração 05.2024.014, sendo a execução de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil (OSC) Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA).
- **Financiamento:** O programa possui financiamento pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora (CMDCA).
- **Público e Objetivo:** O programa visa promover vínculos afetivos e sociais entre crianças e adolescentes em acolhimento institucional e adultos voluntários, oferecendo referências afetivas estáveis e positivas.

#### **2. Sobre o parecer técnico e as atividades de conscientização**

Não há, no âmbito da Secretaria de Assistência Social ou de Educação, um parecer técnico formal elaborado especificamente sobre a viabilidade da implementação do referido "Dia Municipal do Apadrinhamento Afetivo". Contudo, o trabalho de divulgação e conscientização sobre o Programa de Apadrinhamento Afetivo é realizado de forma contínua pela equipe da OSC ADRA e da SAS, conforme previsto no Plano de Trabalho vigente.



3. Sobre a previsão orçamentária para campanhas, eventos ou ações vinculadas à data proposta

Não há previsão orçamentária ou logística específica para a realização de campanhas, eventos ou ações vinculadas a uma data comemorativa específica (Dia Municipal).

- Entretanto, o trabalho de divulgação e conscientização do Programa de Apadrinhamento Afetivo é uma atividade prevista no Plano de Trabalho definido entre a SAS e a OSC ADRA.
- O repasse financeiro, oriundo do CMDCA, já inclui as ações de divulgação e sensibilização necessárias para a captação de voluntários e a promoção do tema.

4. Sobre estudo ou diagnóstico do impacto social e educacional da política de Apadrinhamento Afetivo:

O Município de Juiz de Fora já possui um diagnóstico sobre o impacto social e educacional do Programa de Apadrinhamento Afetivo, conforme detalhado no Relatório Quantitativo anexado.

- Resumo do Relatório Quantitativo – Programa de Apadrinhamento Afetivo de Juiz de Fora (Data da Elaboração: 27/10/2025):
  - Atendimento: O programa atendeu um total de 24 crianças e adolescentes. A maioria dos atendidos (21) está na faixa etária de 13 a 17 anos.
  - Situação dos Padrinhos/Madrinhas: Foram registrados 57 inscritos no programa. Destes, 7 estão em apadrinhamento efetivo e 48 estão desligados/suspensos/pausados.
  - Resultados e Impactos: Os resultados observados são positivos, com fortalecimento de vínculos, o que contribui para o desenvolvimento emocional e gera maior confiança, segurança e sentimento de pertencimento. Foi notada, em diversos casos, melhora nas relações interpessoais e mudanças positivas de comportamento, aumento da autoestima, melhora na sociabilidade, e progresso escolar (melhora no rendimento acadêmico e aumento da frequência às aulas).

Diante do exposto, permanecemos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários para a análise conclusiva do Projeto de Lei.



**Maria Lúcia Salim Miranda Machado**

**Secretária de Assistência Social**



## Memorando 7- 91.747/2025

**De:** Priscila A. - SE - SSGP

**Para:** SG - SSRI - DAPROL - Departamento de Acompanhamento da Produção Legislativa - A/C Aline L.

**Data:** 06/11/2025 às 12:55:30

**Setores envolvidos:**

SAS, SE, SAS - SSPS - DPEAC, SE - APA, SE - SSGP, SG - SSRI - DAPROL

### Transcrição de Parecer - Projeto de Lei nº 359/2025 - Letícia Delgado

Prezados,

Segue anexo transcrição de Parecer solicitada pela Comissão de Educação e Cultura - vereador Sargento Mello Casal -, sobre o Projeto de Lei nº 359/2025, de autoria da vereadora Letícia Delgado

Atenciosamente,

**Priscila Fernandes SantAnna**  
*Secretária de Educação em substituição*  
*Secretaria de Educação - SE/PJF*  
*Prefeitura de Juiz de Fora*

**Anexos:**

Resposta\_PL\_359\_2025.pdf



Em atenção ao pedido de diligência referente ao Projeto de Lei nº 359/2025, que tem por objetivo alterar a Lei Municipal nº 15.121, de 23 de junho de 2025, que instituiu o "Dia Municipal da Família Acolhedora", para incluir, na mesma data, o "Dia Municipal do Apadrinhamento Afetivo", a Secretaria de Educação apresenta as seguintes considerações.

1. Há, no âmbito do Município, programas ou ações já estruturadas relacionados ao Apadrinhamento Afetivo, e qual órgão é responsável pela sua execução e acompanhamento?

No município de Juiz de Fora, programas e ações estruturadas em torno do apadrinhamento afetivo são organizados pela Secretaria de Assistência Social (SAS). Por reconhecer a importância da temática e do programa propriamente para a sociedade e para as crianças e adolescentes que são público-alvo da educação ofertada pelo município, a Secretaria de Educação mantém sua atuação em regime de colaboração com aquela Secretaria, haja vista a vinculação direta do projeto ao serviço de acolhimento.

2. A Secretaria de Educação ou a Secretaria de Assistência Social possuem parecer técnico sobre a viabilidade da implementação do referido "Dia Municipal", especialmente quanto à realização de atividades educativas e de conscientização nas unidades escolares e socioassistenciais?

Não há, no âmbito da Secretaria de Educação, parecer técnico específico sobre a viabilidade da implementação do "Dia Municipal do Apadrinhamento Afetivo". No entanto, reconhece-se que o tema é relevante e pode ser trabalhado de forma integrada às ações e projetos já desenvolvidos nas escolas municipais, especialmente aqueles voltados à convivência familiar, comunitária e ao fortalecimento de vínculos. Assim, compreende-se que a proposta apresentada pelo projeto de lei não implica necessariamente a criação de novas demandas pedagógicas, podendo ser incorporada às práticas educativas existentes nas unidades escolares. Reitera-se, ainda, a importância de que eventuais ações pedagógicas observem a privacidade e a dignidade das crianças e adolescentes participantes do programa, conforme disposto no artigo 227 da Constituição Federal (CF/88) e no artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

3. Existe previsão orçamentária ou logística para a realização de campanhas, eventos ou ações vinculadas à data proposta, conforme previsto no parágrafo único do art. 1º do projeto?

Não há previsão orçamentária ou logística específica para a realização de campanhas, eventos ou ações vinculadas a essa data comemorativa. Por se tratar de pauta sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Educação atua em regime de colaboração nas frentes necessárias. Ademais, o

Programa já conta com financiamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora (CMDCA).

4. O Município já elaborou algum estudo ou diagnóstico sobre o impacto social e educacional da política de Apadrinhamento Afetivo, com base na experiência local ou em boas práticas de outros municípios?

O Município de Juiz de Fora não possui diagnóstico específico sobre o impacto educacional do Programa de Apadrinhamento Afetivo elaborado pela Secretaria de Educação. Entretanto, a Secretaria de Assistência Social mencionou resultados positivos em relatório datado de 27/10/2025, apontando melhora no rendimento e aumento da frequência escolar das crianças e adolescentes atendidos pelo programa, em razão do apoio emocional proporcionado pelo vínculo afetivo com os padrinhos.